

# Crise é a maior da história do Brasil, diz estudo da Unicamp

Governo do presidente Michel Temer defende que o País já saiu da recessão

Análise feita pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de

Campinas (Cecon-Unicamp) compara a atual situação com outras de grande magnitude, como as de 1930, 1980 e 1990. Se-

gundo os economistas, a política do presidente Michel Temer tem problemas e sacrifica a renda do brasileiro. O ministro da Fazen-

da, Henrique Meirelles, afirma que o Brasil já saiu da recessão e caminha rumo ao desenvolvimento.

ECONOMIA III MOMENTO RUIM

# Crise é a maior do Brasil na história, indica estudo

Impacto supera os efeitos de 1930, 1980 e 1990, diz especialista

Raquel Valli  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
raquel.valli@rac.com.br

O Brasil está atravessando a pior crise econômica da história do País. A análise foi feita este mês tanto pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quanto pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da **Universidade Estadual de Campinas** (Cecon da **Unicamp**), que realizou um estudo comparativo com outros momentos agudos da economia nacional e tem a chancela de ao menos 20 nomes de peso do setor.

## Ao menos 20 nomes de peso subscrevem o levantamento

Entretanto, economistas e governo discordam do futuro do Brasil. Enquanto para Meirelles o País já saiu da recessão e caminha rumo ao crescimento, para parte dos economistas da **Unicamp** a política econômica do governo Temer (PMDB) tem problemas e sacrifica a renda dos brasileiros.

“O Brasil errou em 2015, mas, ao invés de reverter o erro, continua errando. Pior, aprofundando-se na estratégia desse erro”, afirma o cientista social pela USP Guilherme Mello, doutor em ciências econômicas pela **Unicamp** e professor de economia na **universidade de Campinas**.

O equívoco de 2015 a que o especialista se refere é o choque recessivo tomado pelo então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no segundo mandato do governo da presidente Dilma Rousseff (PT). O conjunto de contenção foi composto por choque fiscal (corte das despesas públicas); choque de preços administrados (aumento dos combustíveis e energia); choque cambial (com desvalorização de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar ao longo de 2015); e choque monetário (com o aumento das taxas de juros para operações de crédito).

“Esse conjunto fez com que a economia desacelerasse de uma maneira muito intensa, derrubando o consumo das famílias, que até 2014 contribuía positivamente com o desenvolvimento. Essa queda passa a ser a principal explicação para a recessão que se observa não somente em 2015, mas em 2016 e até o momento atual. Em 2016, após o impeachment, nós observamos uma mudança na estratégia do governo. Mas, ao invés de focar no ajuste recessivo no curto prazo, se promove um de longo prazo. No entanto, essas reformas não são capazes de promover a retomada do crescimento econômico e muito menos de promover a queda do desemprego, que segue crescendo em taxas aceleradas até esse início de 2017”, acrescenta o pesquisador.

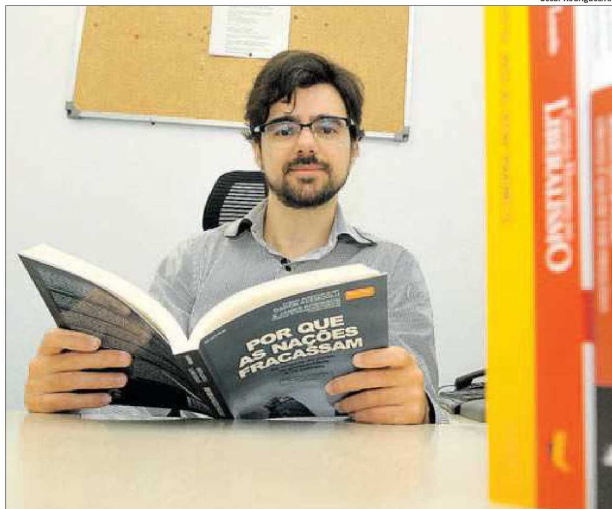
Em outras palavras, o choque de curto prazo promovido por Levi se perpetua agora com o de longo prazo proposto por Meirelles — segundo a análise dos professores da **Unicamp**. Com menos renda,

### SAIBA MAIS

O estudo foi denominado *Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha*. A pesquisa demorou dois meses para ser realizada e foi endossada por pelo menos 20 pesquisadores da **Unicamp** e comparou a atual situação econômica do Brasil com outras de grande magnitude, como as das décadas de 1930, 1980 e 1990.



Pedro Rossi, professor de Economia da **Unicamp**, que participou do estudo sobre a crise econômica no Brasil



O professor de Economia da **Unicamp** Guilherme Mello: governo errou em 2015 e está errando novamente

## Para ministro, País superou recessão e começa a crescer

**N**a quarta-feira, na abertura da 9ª edição do Congresso de Fundos de Investimento, organizado pela Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Meirelles afirmou que o Brasil saiu da recessão, pontuando que indicadores da economia comprovam a retomada do crescimento. Entre esses indicadores, citou o consumo de energia, o licenciamento de automóveis e a produção de aço. Citou ainda o crescimento da massa salarial no primeiro trimestre, devido à queda da inflação: “o consumidor ganhou poder de compra”. E salientou que o mais importante foi

o corte fiscal, que cessou o crescimento insustentável da dívida pública. O Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, também presente no congresso, declarou que “o cenário permanece desafiador”, e que as reformas permitiram com que o risco-país caísse pela metade em comparação com o primeiro trimestre de 2016. Ambas as análises são partilhadas pelo economista do IBE-FGV Múcio Zacharias. “Estamos voltando à normalidade. O empresário, que é quem investe, está com mais confiança, de modo que as condições estão mais estáveis”. (RV/AAN)

caí o consumo das famílias, despenca a demanda, as empresas fabricam menos, des-

pedem mais funcionários, e, sem recursos - inclusive pelos juros altos dos créditos bancá-

nios - os empresários não investem, perpetuando o ciclo. “A austeridade no Brasil não funcionou. Erraram na mão. E se o Brasil continuar cortando gastos será pior. Por isso não há horizonte neste governo, que está cavando a própria cova. Transformaram uma desaceleração em recessão”, afirma o economista Pedro Rossi, professor da universidade campineira, diretor do Cecon e da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Para Rossi, para que o Brasil tenha um crescimento econômico sustentável é preciso investir no País por meio de uma política pública de estímulo, analogicamente como Franklin Delano Roosevelt (1882 - 1945) o fez com o New Deal ao retirar os Estados Unidos da Grande Depressão. É necessário um investimento maciço em obras de infraestrutura, que gerem empregos e compras de insumos, girando a indústria; manejo dos bancos públicos, oferecendo crédito a juros baixos e renegociação das dívidas das empresas e das famílias; e estímulo fiscal para políticas sociais, gerando consumo das famílias e demanda para as empresas.